



MINISTÉRIO DA DEFESA
COMANDO DA AERONÁUTICA
CENTRO DE CONTROLE INTERNO DA AERONÁUTICA

RELATÓRIO DE AUDITORIA DE GESTÃO Nº 03/2015

UNIDADE JURISDICIONADA: DEPARTAMENTO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA AEROSPAZIAL

CÓDIGO SIAFI: 120110

SIGLA: DCTA

PERÍODO DOS EXAMES DE AUDITORIA: 13 A 17 DE ABRIL DE 2015

DIRIGENTE MÁXIMO: TENENTE BRIGADEIRO DO AR ALVANI ADÃO DA SILVA

EXERCÍCIO: 2014

PORTARIA CENCIAR Nº 22/CENCIAR-1, DE 26 DE MARÇO DE 2015

PROCESSO Nº 67022.000395/2015-58

I – FINALIDADE DO RELATÓRIO

Informar os resultados alcançados na análise dos aspectos definidos pelo Tribunal de Contas da União, nos termos do Anexo IV à Decisão Normativa nº 140, de 15 de outubro de 2014, de modo a avaliar a gestão do exercício de 2014, e compor o Processo de Contas da Unidade Jurisdicionada.

II – METODOLOGIA DOS EXAMES

Os exames foram realizados, por amostragem, na extensão julgada necessária, sobre o Relatório de Gestão produzido pela Unidade Jurisdicionada, “in loco”, de acordo com as normas de auditoria aplicáveis ao Serviço Público Federal, tendo sido utilizadas as técnicas de análise documental, entrevistas, indagação escrita, conferência de cálculos e inspeção física.

Por ocasião da visita da Equipe de Auditoria, nenhuma restrição foi imposta aos auditores deste Centro quanto ao método ou extensão do trabalho desenvolvido na Unidade Jurisdicionada.

III – RESULTADOS DOS EXAMES DE AVALIAÇÃO DA GESTÃO

Em acordo com o que estabelece o Anexo IV da DN-TCU, nº 140/2014, e em face dos exames realizados, efetuamos as seguintes análises:

1. CONFORMIDADE DAS PEÇAS

Para avaliação da conformidade das peças, foi realizada a verificação do exigido na Instrução Normativa nº 63, de 1 de setembro de 2010, Decisão Normativa nº 134, de 4 de dezembro de 2013, na Portaria TCU nº 90, de 16 de abril de 2014, e nas instruções fornecidas pelo Centro de Controle Interno da Aeronáutica.

A Unidade elaborou as peças a ela atribuídas, contemplando os formatos e conteúdos obrigatórios, previstos nos normativos do Tribunal de Contas da União, exceto quanto a alguns itens em que foram verificados os seguintes pontos:

- A informação do item 1.4 está apresentada no item 1.3; o item 1.3 foi incluído como informação pertencente ao item 1.2, em desacordo com o disposto na Portaria nº90/2014. Ressalte-se que esta troca não representa uma incorreção no conteúdo, pois apenas altera a sequência numérica, mas não altera a sequência lógica dos supracitados itens. No entanto, recomenda-se observar também a ordem numérica dos itens.

- A UJ apresentou informações sobre o item 4 da DN 134; porém, de acordo com a orientação contida no ANEXO II da citada DN, não havia a necessidade de o item 4 ter sido preenchido. Ressalte-se que o conteúdo exigido pelo TCU é considerado como conteúdo mínimo, não tendo a UJ a obrigatoriedade de apresentar essa informação. No entanto, fica a critério da Unidade detalhar informações que considere pertinentes.

- O Quadro A.2.3 – Avaliação do Sistema de Controles Internos da UJ foi inserido, indevidamente, como anexo. Conforme orientação contida no ANEXO II da DN 134, o quadro deve ser mantido no corpo do relatório em seu tamanho normal.

- Os quadros referentes ao subitem A.4.2.3.1 – Ações - OFSS, das Ações orçamentárias 20IH, 20X8, 20XB, 20XC apresentam valores registrados em RP de exercícios anteriores liquidados ou cancelados; porém, não foi informado o saldo existente em 1/1/2014.

- Ainda referente aos registros de Restos a Pagar de Exercício Anteriores, verificou-se que o valor liquidado (605.328.231,00) da Ação 123J, está maior do que o valor registrado em 1/1/2014 (42.790.805,76).

2. RESULTADOS QUANTITATIVOS E QUALITATIVOS DA GESTÃO

A metodologia de avaliação dos resultados quantitativos e qualitativos consistiu na análise das informações apresentadas no Relatório de Gestão e na realização da comparação com os projetos e metas definidos no Plano Setorial - PCA 11-53/2014, aprovado pela Portaria DCTA nº R-3/DPL, de 13 de janeiro de 2014, e no Programa de Trabalho do DCTA (ICA 19-151/2014).

No âmbito da estrutura do COMAER, o DCTA está classificado como um Órgão de Direção Setorial, conforme Decreto nº 6.834, de 30 de abril de 2009.

Durante o ano de 2014, o DCTA elaborou o PCA 80 -1 (Plano Estratégico de Pesquisa e Desenvolvimento do DCTA - 2014 a 2024), que tem como objetivo estabelecer a orientação estratégica para o DCTA e suas OM subordinadas no que concerne à Pesquisa e Desenvolvimento (P&D), no horizonte temporal de 2014 a 2024.

No mencionado Plano estão definidos a missão, a visão, os valores, os fatores críticos de sucesso, os macroprocessos e a estratégia da Instituição, estruturada em objetivos, diretrizes e medidas estratégicas.

Para a elaboração de seu Plano Setorial, o DCTA utilizou como documentos de referência o Plano Plurianual (PPA 2012-2015), o Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA), exercício 2014, o Plano Estratégico Militar da Aeronáutica (PEMAER), o Plano Estratégico de Pesquisa e Desenvolvimento do

DCTA - 2014 a 2024 (PEPD) e o Manual do Comando da Aeronáutica (MCA 11-1 Elaboração de Plano Setorial e Programa de Trabalho).

O Plano Setorial visa estabelecer as tarefas e atividades a cargo do DCTA e das Organizações Militares subordinadas, com a finalidade de atingir os objetivos setoriais do DCTA, no período de 2014 a 2017 e, dessa maneira, contribuir para que os objetivos estratégicos do Comando da Aeronáutica (COMAER) também sejam alcançados.

Os objetivos setoriais do DCTA, constantes do seu Plano Setorial e, transcritos no Relatório de Gestão 2014, são os seguintes:

- 1º) Promover o desenvolvimento de estudos, de tecnologias e de pesquisas com o intuito de buscar a autossuficiência em sistemas bélicos e aeroespaciais;
- 2º) Estabelecer parcerias com a indústria aeroespacial e de defesa, desde a concepção das pesquisas aplicadas até a efetiva produção do equipamento ou serviço, fomentando a base industrial de defesa e o complexo científico-tecnológico aeroespacial;
- 3º) Atuar nas pesquisas básica e aplicada, e no desenvolvimento tecnológico, com a finalidade de alcançar autonomia nacional para acesso ao espaço, bem como otimizar a infraestrutura necessária para a prestação de serviços de lançamento;
- 4º) Atender à demanda de formação acadêmica nas áreas de interesse do campo aeroespacial e de defesa, em geral, e do COMAER, em particular;
- 5º) Aumentar a eficiência dos processos internos do DCTA;
- 6º) Maximizar a obtenção de recursos orçamentários e financeiros no Orçamento Geral da União (OGU) e junto aos órgãos de fomento à pesquisa e desenvolvimento, visando ao suporte às áreas de Ciência e Tecnologia (C&T) de interesse do COMAER; e
- 7º) Estabelecer programas de capacitação para o efetivo, visando ao aprimoramento técnico profissional e à elevação de nível intelectual e cultural.

O DCTA participa da consecução de cinco Objetivos do PPA, sendo três de responsabilidade do Ministério da Defesa (Programa 2058- Política Nacional de Defesa) e dois de responsabilidade do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (Programa 2056 - Política Espacial), conforme elencados a seguir:

1º) Objetivo 0462 – elevar a capacidade operativa da FAB para o cumprimento de sua destinação constitucional, por meio do seu preparo e emprego.

2º) Objetivo 0463 – promover o desenvolvimento e a capacitação tecnológica da Aeronáutica e da indústria aeroespacial nacional, visando à ampliação da capacidade de defesa aérea.

3º) Objetivo 0464 – adequar os meios operacionais da FAB para assegurar a capacidade de defesa aeroespacial.

4º) Objetivo 0397 – desenvolver veículos lançadores nacionais e respectiva infraestrutura de lançamentos no País, com incremento da participação industrial, garantindo a autonomia nacional para o acesso ao espaço.

5º) Objetivo 0555 – ampliar o domínio das tecnologias críticas para garantir autonomia no desenvolvimento das atividades espaciais.

Ressalte-se que, no âmbito do COMAER, o DCTA é o responsável direto pela consecução do




Objetivo 0463 - Promover o desenvolvimento e a capacitação tecnológica da Aeronáutica e da indústria aeroespacial nacional, visando a ampliação da capacidade de defesa aérea (Portaria nº 1.116/GC6, de 11 de julho de 2014).

Em relação à avaliação da execução das ações previstas na Lei Orçamentária Anual (LOA) as questões elaboradas para serem respondidas pela equipe de auditoria no escopo desse trabalho são as seguintes: O planejamento da UJ encontra-se alinhado com o PPA/LOA, Plano de Trabalho e Portaria 1.116/GC6? As ações executadas contribuem para alcançar os resultados constantes do planejamento da UJ? Como foi o desempenho orçado X realizado? E o desempenho da gestão?

Inicialmente, na análise da documentação disponibilizada pela UJ (RG 2014, Plano Setorial, Regulamento e Regimento Interno) e em consultas realizadas ao PEMAER, ao PPA e à Portaria nº 1.116/GC6, de 11 de julho de 2014, constatou-se que a UJ estabeleceu o seu planejamento de modo a atingir os seus objetivos setoriais em acordo com os objetivos estratégicos da Aeronáutica, alinhado aos objetivos do PPA e com as competências atribuídas à UJ em seu Regulamento e Regimento Interno.

O acompanhamento do planejamento estabelecido pela UJ é realizado em reuniões bimestrais, ocasião em que os Comandantes das UG subordinadas apresentam os resultados alcançados na execução de metas e projetos sob sua responsabilidade e os principais óbices encontrados para o alcance das metas previstas. Conta, também, com reuniões semanais com o Conselho de Direção (CONDIR), composto pelos Dirigentes Máximos das UG Subordinadas, previstas em normativo interno (NPA-DCTA nº 30/2014), para tratar dos assuntos mais relevantes da Administração. A UJ se utiliza, ainda, como auxílio complementar ao acompanhamento do planejamento, de reuniões mensais para a apresentação de Prestação de Contas, previstas para todas as UG do COMAER (Art. 243, do RCA 12-1 “Regulamento de Administração da Aeronáutica”). Ressalte-se, no entanto, que nem todas as decisões tomadas pela Administração, nessas diferentes reuniões, se encontram formalizadas em atas, como, por exemplo, as que dizem respeito ao acompanhamento do planejamento.

No Plano Setorial do DCTA (PCA 11-53/2014) estão relacionados, dentre outras informações, os projetos estratégicos nos quais o DCTA e suas Organizações Militares subordinadas contribuem total ou parcialmente para a execução e as metas setoriais atribuídas às UG subordinadas para o exercício de 2014. No entanto, no que se refere à quantificação física e financeira dos projetos estratégicos e metas setoriais sob a responsabilidade do DCTA e UG subordinadas, foram identificadas algumas deficiências.

O Anexo A, por exemplo, cuja atualização data de 2012, contempla algumas informações sobre os principais projetos estratégicos sob a responsabilidade da UJ e UG subordinadas. Dentre outras informações, encontram-se registradas a prioridade, a descrição, a UG responsável pela execução e o prazo de conclusão de cada projeto. No entanto, não constam informações sobre o valor previsto a ser despendido na execução do projeto ou da meta física a alcançar, para o exercício em avaliação.

O Anexo C trata das metas setoriais do DCTA e das UG subordinadas. Nele estão descritas as metas e os respectivos prazos de conclusão. À semelhança do Anexo A, não se encontram claramente quantificados os recursos financeiros necessários para a execução das metas no exercício em avaliação. Também não estão perfeitamente identificadas as metas físicas a alcançar no exercício. Perguntas como: o quê, o quanto e valor previsto para o alcance da meta, não raras vezes ficam sem respostas, devido à ausência de informações mais detalhadas, o que dificulta uma análise mais apurada sobre os resultados alcançados no exercício, descritos no RG 2014 da UJ.

O Anexo D contém a previsão orçamentária; no entanto, a distribuição dos recursos, registrada no documento, foi realizada por ação orçamentária, ou por UG, e não por projetos e metas setoriais, de modo que se torna extremamente difícil, tomando-se por base o Plano Setorial do DCTA, identificar corretamente a previsão de recursos e, em alguns casos, até mesmo a quantificação física a alcançar para cada projeto ou meta setorial do exercício de 2014.

Para avaliar o desempenho da execução orçamentária e financeira, e física da UJ, a Equipe de Auditoria utilizou as informações das ações orçamentárias registradas no RG2014 DCTA. Constam do

citado documento, doze Ações Orçamentárias previstas na LOA 2014 e quatro não previstas na LOA 2014, referentes a Restos a Pagar não Processados.

Dentre as doze Ações previstas na LOA 2014, constantes do RG 2014 do DCTA, quatro não foram executadas:

- a) **Ação 7U72 Adequação, Revitalização e Modernização da Frota de Aeronaves AM-X** - Apesar de constar do Quadro 5.2.3.1.1, uma dotação orçamentária no valor de R\$ 94.628.137,00, e uma previsão de meta física de 27 aeronaves modernizada/revitalizada, esta ação não foi contemplada com os recursos financeiros correspondentes, conforme consta do RG 2014:

No exercício de 2014, o projeto de modernização das aeronaves A-1 passou a ter uma ação orçamentária própria, denominada 7U72 - Adequação, Revitalização e Modernização da Frota de Aeronaves AM-X. No entanto, essa nova ação não recebeu recursos e os valores disponíveis para aplicação no Projeto de Modernização e Revitalização da Frota de Aeronaves da FAB foram alocados na ação 20IH. No caso específico da aeronave AM-X, os recursos foram alocados no PO 0002 – PROJETO A1 da Ação 20IH – Modernização e Revitalização de Aeronaves e Sistemas Embarcados (Pág.48 do RG 2014).

- b) **. Ação 14T0 Aquisição de Aeronaves de Caça e Sistemas Afins (Projeto FX-2)** - Embora conste do Quadro 5.2.3.1.2, uma dotação orçamentária no valor de R\$ 10.000.000,00, a UJ não foi contemplada com os recursos financeiros correspondentes, devido a fatores diversos na condução desse projeto. Em consequência, não houve execução física e financeira nessa Ação no exercício de 2014, conforme consta do RG 2014:

No segundo semestre de 2013, a equipe do Projeto F-X2 apresentou o Processo de Seleção a diversas autoridades, Em 18 de dezembro de 2013 foi feito o anúncio, pelo Sr. Ministro da Defesa, do vencedor da contenda, o Gripen NG, da Empresa Sueca SAAB AB. Após 10 meses de negociações, foi assinado o Contrato Principal e o Acordo de Compensação do Projeto, com início estimado para meados do ano de 2015 e já com recursos suficientes previstos no PLOA. Não houve, portanto, qualquer execução ou desembolso no ano de 2014 (Pág.49 e 50 do RG 2014).

- c) **Ação 212H Pesquisa e Desenvolvimento nas Organizações Sociais** – Embora conste do Quadro 5.2.3.1.6, uma dotação orçamentária no valor de R\$ 14.7000.000,00, e uma previsão de execução física de dois serviços prestados, essa Ação não foi contemplada com os recursos financeiros correspondentes, tendo em vista que:

A Meta Física foi reprogramada pois não foi implementado o Termo de Execução Descentralizada entre o Comando da Aeronáutica/MD e o MCTI. O Termo aguardava a assinatura do Acordo do ITA com o MIT, que dependia essencialmente de aporte orçamentário de três ministérios, sendo que somente o Ministério da Defesa, integralmente, e o Ministério da Educação, parcialmente, alocaram recurso para o Acordo (Pág. 54 do RG 2014).

- d) **Ação 8969 Aquisição de Aeronaves (Projetos CL-X2 e VU-Y)** - Embora conste do item 5.2.3.2 Ação – OFFS, o Quadro A.4.2.3.2.5 – Ação 8969 – Aquisição de aeronaves, a UJ não foi contemplada com recursos nessa ação, em acordo com o registrado no RG da UJ: No exercício de 2014 não foram alocados recursos da Ação 8969 para os dois projetos. (Pág. 66 e 67 do RG 2014)

Os recursos contemplados nas demais ações foram aplicados na execução de projetos e atividades sob a responsabilidade do DCTA e UG subordinadas, em particular no atendimento ao Objetivo 0463 – *Promover o desenvolvimento e a capacitação tecnológica da Aeronáutica e da indústria aeroespacial nacional, visando a ampliação da capacidade de defesa aérea*, cujas análises situacionais, extraídas do relatório de gestão da UJ, estão resumidas a seguir:

- a) **Ação 14XJ Aquisição de Cargueiros Táticos Militares de 10 a 20 toneladas (KC-390).**



Em 2014, foram concluídas as negociações e celebrados os contratos de aquisição das 28 aeronaves KC-390 de série, referentes ao Projeto KC-X (KC-390), bem como os itens essenciais para o suporte logístico inicial da frota. A expectativa é que as entregas das aeronaves de série se iniciem no final de 2016. Neste exercício foram realizadas as primeiras etapas de pré pagamentos para possibilitar o processo de contratação dos fornecedores de materiais de longos ciclos de manufatura (Pág. 50 do RG 2014).

b) Ação 123B Desenvolvimento de Cargueiro Tático Militar de 10 a 20 Toneladas (Projeto KC-X).

Projeto KC-X - O Projeto KC-X encontra-se na 4ª e última fase, a de Projeto Detalhado e Certificação da aeronave. A meta de desenvolver cargueiros táticos militares, em 2014, atingiu 74,93% do previsto, mantendo-se a expectativa de atingir os 100% da meta em 2016, com a certificação do projeto, viabilizada por meio dos voos de ensaios dos protótipos e validação da linha de produção. Destaca-se, como grande marco da execução física, a inauguração do hangar com todo o ferramental de montagem final das aeronaves (Pág. 51 e 52 do RG 2014).

c) Ação 123J Aquisição de Helicópteros de Médio Porte de Emprego Geral (Projeto H-X-BR).

Cronograma está atrasado, em razão de dificuldades orçamentárias e financeiras que vêm ocorrendo desde o ano de 2012. Em 2014, foram entregues 07 aeronaves das 13 previstas. Da mesma forma, outras etapas não tão significativas deixaram de ser apresentadas em virtude da falta de recursos orçamentários, referentes a suprimento e componentes para a linha de produção dos helicópteros, o que contribui para gerar atrasos na cadência de entrega das próximas aeronaves (Pág. 52 e 53 do RG 2014).

d) Ação 20IH Modernização e Revitalização de Aeronaves e Sistemas Embarcados.

Na execução dessa ação estão inclusos cinco projetos:

- **Projeto F-5 BR** As metas iniciais do projeto de modernização do F-5 previam o recebimento de 8 aeronaves modernizadas, com o desembolso total aproximado de R\$ 90 milhões, para o exercício de 2014. Devido a problemas da Empresa Brasileira de Aeronáutica (EMBRAER) com seus fornecedores, o cronograma de serviços sofreu grandes atrasos (14 meses), e a empresa notificou o COMAER da necessidade de se realinhar o Cronograma Físico-Financeiro do Projeto. Em função do exposto, os montantes previstos para serem desembolsados inicialmente sofreram reduções proporcionais aos serviços que não foram executados, o que justifica a pequena execução até o momento (Pág. 56 e 57 do RG 2014);
- **Projeto A-1** Em 2014, foram recebidas 02 aeronaves. O Projeto A1-M encerrou o ano de 2014 com o recebimento de uma aeronave no segundo semestre, levando o total de aeronaves modernizadas recebidas para três. Não houve a possibilidade de cumprimento da maioria das metas estipuladas contratualmente. Os recursos disponibilizados ao Projeto ficaram muito aquém das necessidades e as descentralizações ocorreram em descompasso com o estabelecido no cronograma físico financeiro dos contratos. (Págs. 57 do RG 2014 DCTA);
- **Projeto P-3 BR** No ano de 2014 todas as metas físicas programadas foram atingidas com o recebimento da última das nove aeronaves do projeto e das últimas etapas de material aeronáutico (peças de reposição e equipamentos de apoio ao solo - IPL/AGE). Apesar de o projeto ter recebido todo o recurso da LOA, o montante não foi suficiente para fazer frente a todas as obrigações contratuais, gerando a necessidade de pactuar um termo aditivo ao contrato para ajustar um anova cadência de serviços a serem prestados com a restrição orçamentária (Pág. 58 do RG 2014 DCTA);
- **Projeto LINK BR-2** A execução das metas físicas esteve de acordo com as metas financeiras, conforme previsto nos Cronogramas Físico-Financeiro (CFF) dos contratos, até o mês de maio de 2014, quando as restrições orçamentárias impostas em 2014 afetaram




os recursos previstos no Plano de Ação para o projeto. A execução anual foi em torno de 67,90% daquela prevista e a acumulada desde o início do projeto está em torno de 39,83% do previsto até o final (Pág. 58 do RG 2014 DCTA); e

- **Projeto E-99M** A execução das metas físicas mantiveram-se alinhadas com as metas financeiras estabelecidas nos Cronogramas Físico-Financeiro (CFF) dos contratos, em torno de 32,34%, até o mês de maio de 2014, quando as restrições orçamentárias impostas em 2014 impactaram o andamento do Projeto. O contingenciamento aplicado ao Projeto foi da ordem de 70% do valor previsto nos cronogramas dos contratos. (Págs. 58 e 59 do RG 2014 DCTA)

e) Ação 20X8 Graduação e Pós-graduação do ITA

- **Cursos de Graduação e Pós-graduação** A Ação tem o objetivo de dar suporte à realização dos Cursos de Graduação e de Pós-Graduação, formando com excelência engenheiros, mestres e doutores nas áreas de interesse do Comando da Aeronáutica, do Ministério da Defesa e da Aviação em Geral. Entretanto, fatores como demora na alocação dos créditos, contingenciamentos, e as dificuldades dos processos de licitação, atrapalharam sobremaneira o andamento das atividades e poderão comprometer especialmente o atendimento às novas demandas advindas do Plano de Expansão do ITA. (Págs. 59 e 60 do RG 2014 DCTA).

f) Ação 20XB Pesquisa, Desenvolvimento e Capacitação no Setor Aeroespacial (COMAER).

Esta ação tem promovido a Pesquisa e o Desenvolvimento Tecnológico Aeroespacial no DCTA por meio de: capacitação de RH, serviço técnico especializado para o suporte ao desenvolvimento industrial, pesquisas em meteorologia aeroespacial, resultando em publicações técnico-científicas, serviço especializado para manter a capacidade científica e tecnológica das Organizações subordinadas, e desenvolvimento de sistemas, subsistemas e componentes na área Aeroespacial e de Defesa. No período de avaliação foi cumprida a Meta Física de manter o Setor Aeroespacial Adequado, realizando 66% do previsto para o ano, com base no recurso liquidado. Dentre as realizações alcançadas citam-se: a certificação do motor-foguete, ar-solo, de alto desempenho 70 mm FOG-70, projetado para multiemprego; apoio à AEB na avaliação de segurança de lançamento do Cyclone 4; manutenção da operacionalidade e de níveis aceitáveis de segurança dos projetos, nas aeronaves A-29, A-1M, F-5M, e H-36. A Meta Física foi alcançada, mas as dificuldades são de ordem financeira e tecnológica. Financeira, pois a descentralização de crédito (com corte e contingenciamento) ocorreu ao final do 1º semestre e, tecnológica, devido à complexidade tecnológica aeroespacial (Pág. 61 a 63 do RG 2014 DCTA).

g) Ação 20XB Pesquisa, Desenvolvimento e Capacitação no Setor Aeroespacial (FAER)

Esta Ação tem promovido a Pesquisa e o Desenvolvimento Tecnológico Aeroespacial no DCTA e no período de avaliação a Meta Física de manter o Setor Aeroespacial Adequado atingiu somente 8% do previsto para o ano, com base no valor liquidado. Os principais fatores que dificultaram a execução da Meta Física são de ordem financeira, uma vez que a descentralização de crédito (com corte e contingenciamento) ocorreu ao final do 1º semestre e, tecnológica, onde os riscos do trato da complexidade tecnológica aeroespacial estão presentes. Dentre os resultados alcançados citam-se: o projeto MAR-1 realizou a Campanha Contra-Alvo 2.1, o projeto A-DARTER realizou o ensaio em voo cativo da eletrônica do míssil e integração dos sistemas dos mísseis de ensaio e o projeto PITER realizou 3 voos com VANT em baixa altura para captura de imagens e vídeo (Pág. 63 a 64 do RG 2014 DCTA),

h) Ação 20XC – Funcionamento dos Centros de Lançamento

Esta Ação tem o objetivo de manter o funcionamento dos Centros de Lançamento, por meio da manutenção e da adequação das instalações e sistemas operacionais. No CLBI, foram realizadas duas campanhas operacionais em conjunto com a empresa AVIBRÁS, duas campanhas de rastreamento dos veículos ARIANE e SOYUS, e o início da implantação do Sistema Gestão Integrada (SGI), que unirá a gestão da qualidade, do meio ambiente e da segurança do trabalho. A Meta

Física foi alcançada, mas as dificuldades são de ordem financeira, uma vez que ocorreram cortes e descentralização de crédito ao final do 1º semestre de 2014. Para o CLA, apesar da liberação do crédito ter ocorrido apenas no mês de maio, o planejamento não foi afetado e a execução dos recursos em 2014 foi de quase 100%. Mesmo diante do forte contingenciamento, os recursos oriundos desta Ação têm contribuído para manter o funcionamento dos Centros, garantindo a permanência do País no grupo seleto de países capazes de lançar foguetes e outros veículos espaciais (Pág. 63 do RG 2014).

Na análise da execução orçamentária, financeira e física da UJ, foram utilizadas as informações constantes dos quadros dos itens 5.2.3 Ações, pág. 48 a 70, e 4.2.3.3 Ações não Previstas na LOA 2014 – Restos a Pagar não Processados – OFSS, pág. 68 a 70, do RG 2014 DCTA.

Os resultados obtidos estão consolidadas nas tabelas 01 - Execução Orçamentária e Financeira e 02 - Execução Física, a seguir apresentadas:



Tabela 01 - Execução Orçamentária e Financeira

Ação	PO	Dotação Final. (a)	Desp. Emp(b)	% Exec. (b/a).100	Desp. Liquidada. (c)	Despesas Pagas (d)	% Exec. (d/b).10	RP 2014 (e)	% RP (e/b).100
14 XJ		20.000.000,00	20.510.115,12	102,55	20.510.115,12	20.510.115,12	100,00%	0,00-	-
123 B		959.000.000,00	965.111.419,91	100,64	965.111.419,91	965.111.419,91	100,00%	0	0,00
123 J		670.300.000,00	658.805.405,10	98,29	228.487.107,36	225.830.200,00	34,28%	432.975.205,10	65,72
20 IH	0001	5.378.526,00	5.378.526,00	100,00	5.308.189,40	5.308.189,40	98,69%	70.336,60	1,31
	0002	94.628.981,00	96.282.941,46	101,75	50.283.564,12	50.283.564,13	52,22%	45.999.377,34	47,78
	0003	99.621.474,00	117.196.055,85	117,64	116.665.651,70	116.665.651,70	99,55%	530.404,15	0,45
	0006	31.122.668,00	31.122.668,00	100,00	30.663.231,98	30.663.231,98	98,52%	459.436,02	1,48
	000A	20.000.000,00	23.608.985,18	118,04	22.139.059,19	22.139.059,20	93,77%	1.469.925,99	6,23
20 X8	0001	1.500.000,00	1.424.084,19	94,94	446.454,93	446.454,94	31,35%	977.629,26	68,65
	0002	3.500.000,00	3.138.865,09	89,68	1.017.980,70	1.017.980,70	32,43%	2.120.884,39	67,57
20 XB	0001	100.000,00	22.000,00	22,00	10.000,00	10.000,00	45,45%	12.000,00	54,55
	0002	2.800.000,00	2.849.578,42	101,77	1.892.492,10	1.892.492,10	66,41%	957.086,32	33,59
	0003	330.000,00	47.130,41	14,28	27.933,31	27.933,31	59,27%	19.197,10	40,73
	0004	560.000,00	472.237,68	84,33	37.507,53	37.507,53	7,94%	434.730,15	92,06
	0005	30.435.000,00	22.841.285,71	75,05	1.562.870,04	1.562.870,05	6,84%	21.278.415,67	93,16
	0006	3.490.000,00	2.636.548,60	75,55	891.857,08	891.857,08	33,83%	1.744.691,52	66,17
	0007	7.877.332,00	6.877.332,00	87,31	6.877.332,00	6.877.332,00	100,00%	0	0,00
20 XC	001	674.000,00	622.926,78	92,42	251.415,34	249.775,34	40,10%	373.151,44	59,90
	002	1.326.000,00	1.325.724,73	99,98	758.399,81	745.970,39	56,27%	579.754,34	43,73
		1.952.643.981,00	1.960.273.830,23	100,39	1.452.942.581,62	1.450.271.604,88	73,98%	510.002.225,39	26,02

Fonte: Informações extraídas dos quadros do item 5.2.3 Ações, pág. 48 a 67, do RG 2014 DCTA.

Observações:

1. A coluna RP 2014 inclui Restos a Pagar Não Processados e Processados.
2. Não foram inseridos na tabela os recursos referentes a Restos a Pagar Não Processados - Exercícios Anteriores.
3. Eventuais diferenças apresentadas a maior na coluna "Despesa Empenhada" em relação à coluna "Dotação Final" decorre do ajuste cambial realizado pelo SIAFI para os contratos internacionais.

Tabela 02 - Execução Física

Ação	PO	Meta	Unid.	Previsto (a)	Realizado (b)	% (b)/(a)
14 XJ		Aeronave adquirida	Unid.	01	00	0,00
123 B		Aeronave desenvolvida (Projeto)	%	81,92	74,93	91,47
123 J		Helicóptero adquirido	Unid.	13	7	53,85
20 IH	0001	Projeto F-5	Unid.	3	2	66,67
	0002	Projeto A-1	Unid.	2	2	100,00
	0003	Projeto P-3BR	Unid.	1	1	100,00
	0006	Projeto Link BR-2	Unid.	1	0	0,00
	000A	Projeto E-99M	Unid.	1	0	0,00
20 X8	0001	Curso pós-graduação	Aluno	800	688	86,00
	0002	Curso graduação Engenharia.	Aluno	660	675	102,27
20 XB	0001	Capacitação de RH em C&T	Unid.	50	0	0,00
	0002	Suporte ao desenvolv. industrial	Unid.	2.700	2.700	100,00
	0003	Pesq. desenv. meteorol. espacial	Unid.	4	3	75,00
	0004	Capac. especialistas setor espacial	Unid.	193	11	5,70
	0005	Desenv. proj. sist. bélicos e assoc.	%	15	8	53,33
	0006	Pesq. e desenv. tecnológ. espacial	Unid.	1	1	100,00
	0007	Proj. ARP–reconhecimento aéreo	%	20	0	0,00
20XC	001	Funcionamento do CLBI	Unid.	1	1	100,00
	002	Funcionamento do CLA	Unid.	1	1	100,00
Média do percentual de execução atingido						59,70

Fonte: Informações extraídas dos quadros dos itens 5.2.3 Ações, pág. 50 a 68, e 4.2.3.3 Ações não Previstas na LOA 2014 – Restos a Pagar não Processados – OFSS, pág. 68 a 70, tudo do RG 2014 DCTA

Observação: Na coluna “Realizado” foram consideradas as informações constantes do campo “Execução Física – Meta – Realizado” dos quadros referentes aos itens 4.2.3.1 Ações – OFSS, pág. 50 a 68, e 4.2.3.3 Ações não Previstas na LOA 2014 – Restos a Pagar não Processados – OFSS, pág. 68 a 70, tudo do RG 2014 DCTA.

Verifica-se que a execução orçamentária atingiu o índice de 100,39% e a financeira o índice de 73,98%, considerando-se, respectivamente, o valor empenhado em relação à dotação final e o valor pago em relação ao empenhado.

O percentual médio das metas físicas previstas para o exercício em avaliação atingiu 59,70%.

Foram inscritos em Restos a Pagar a importância de R\$ 510.002.225,39, o que corresponde a 26,02% do total empenhado pela UJ no exercício.

Conforme relato constante do RG 2014, fatores como a demora na alocação dos créditos, contingenciamentos, as dificuldades dos processos de licitação, levando-se em conta todas as etapas a cumprir do processo de licitação, associados ao tempo para análise dos processos demandados pela Consultoria Jurídica (CJU-SJC) contribuíram para a geração do volume de inscrições em Restos a Pagar.

Os principais óbices encontrados pela UJ para a consecução de suas metas estão relacionados à demora na liberação dos créditos e, principalmente, à falta de recursos para o desenvolvimento e execução dos grandes projetos e atividades sob a sua responsabilidade e de suas UG subordinadas.

Não obstante os óbices relatados, infere-se das informações acima, que o desempenho da gestão foi bastante satisfatório, considerando as dificuldades encontradas pela UJ no exercício em avaliação.

3. INDICADORES OPERACIONAIS

A metodologia utilizada para a avaliação deste item, constou de análise dos indicadores apresentados pela UJ no Relatório de Gestão de 2014, considerando que, os mais relevantes para a gestão da UJ, sejam os indicadores de eficácia e efetividade, voltados para avaliação de resultados, conforme solicitado na Portaria TCU nº 90/2014, considerando, ainda, a relação custo-benefício; se os procedimentos de coleta produzem dados sobre desempenho precisos, completos e representativos e se são parte integrante do processo de tomada de decisões.

Com o sentido de avaliar a capacidade de representar, com a maior proximidade possível, a situação que a UJ pretende medir e de refletir os resultados das intervenções efetuadas na gestão, a UJ foi questionada, por meio da Solicitação de Auditoria nº 03, de 14 de abril de 2015, quanto à vinculação dos indicadores aos objetivos setoriais do DCTA.

Em resposta, a UJ informou que os quatro indicadores estratégicos do DCTA estão correlacionados as três grandes áreas que compõem os três Fatores Críticos de Sucesso do DCTA: Sustentabilidade da Competência Técnico-Científica (Área de Recursos Humanos), Capacidade de Apropriação do Capital Intelectual Gerado (Área do Conhecimento) e Estabilidade de Aporte Financeiro (Área de Recursos Financeiros e Orçamentários) e, em assim sendo, influenciarão todas as metas e objetivos do DCTA. Informou, ainda, que os indicadores têm uma relação mais próxima aos seguintes objetivos setoriais, constantes do Plano Setorial e registrados nas páginas 39 e 40 do RG 2014 do DCTA:

- Sustentabilidade da Competência Técnico-Científica – Objetivos setoriais nº 4,7 e 8;
- Capacidade de Apropriação do Capital Intelectual Gerado - Objetivos setoriais nº 1,2 e 3; e
- Estabilidade de Aporte Financeiro (EAF-OS e EAF-AI) - Objetivos setoriais nº 5 e 6.

Em entrevista realizada com o gestor, foi informado que os indicadores são avaliados mensalmente nas reuniões operacionais, momento no qual subsidiam decisões. Para respaldar essa afirmação o gestor apresentou as Atas nº 06/VP-DPC/2013, de 22 de maio de 2013 e nº 07/VP-DPC/2013, de 17 de julho de 2013.

Quanto à capacidade de proporcionar medição da situação pretendida ao longo do tempo, esta ocorre por intermédio de séries históricas. De acordo com a resposta da UJ à Solicitação de Auditoria nº 07, de 15 de abril de 2015, este foi o terceiro ano de medição, iniciada em 2012.

Quanto à confiabilidade das fontes dos dados utilizados para o cálculo do indicador, avaliando, principalmente, se a metodologia escolhida para a coleta, processamento e divulgação é transparente e replicável por outros agentes, internos ou externos à Unidade, destaca-se que os indicadores constam do planejamento da Unidade, conforme PCA 11-53 (Plano Setorial do DCTA de 2014), onde foram definidos o objetivo da mensuração, a identificação das variáveis, a origem dos dados empregados na fórmula, a fórmula do indicador, a periodicidade e responsabilidade pela medição e a avaliação do controle interno acerca de exercício anterior.

Para o exercício de 2015, foi elaborada a Nota Técnica nº 01/DDI/DCTA/2015 sobre o cálculo dos Indicadores Gerenciais Estratégicos do DCTA, os normativos utilizados foram aprovados pelo dirigente máximo da UJ. Os indicadores são apurados por duas divisões, a Divisão de Planejamento DPL e a Divisão de Acompanhamento de Desempenho Institucional DDI, cujas atribuições constam do Regimento Interno e de Portaria Específica, o que favorece a confiabilidade das fontes e a aplicação por outros agentes internos ou externos à UJ, porém não constam nos supracitados normativos as fontes de informações consultadas para obtenção dos dados utilizados na medição.

O DCTA apresentou quatro indicadores, a saber:

Nome - Indicador Estratégico de Sustentabilidade da Competência Técnico Científica (SCTC).

Objetivo - *Obter uma indicação de como se encontra a capacidade do DCTA, não só em quantidade, mas também em qualidade, para preservar e ampliar as competências técnico-científicas adquiridas.*”

Fórmula de Cálculo: $SCTC = (LPC + LPM + CFT) / 3$

Este indicador é formado por outros três indicadores direcionadores:

LPC (Lotação de Pessoal Civil) = $LPEC / LAPC * 100$.

LPEC – Lotação existente de pessoal civil

LAPC - Lotação autorizada de pessoal civil

LPM (Lotação de pessoal Militar) = $LEPM / LAPM * 100$.

LEPM = Lotação existente de pessoal militar

LAPM - Lotação autorizada de pessoal militar

CFT (Composição da Força de Trabalho) = $100 - (QC * 100) / EE$.

QC = Quantitativo de colaboradores

EE = Efetivo Existente (civil e militar)

Observações:

a) O indicador propõe-se a responder às seguintes questões:

- O DCTA está gerenciando adequadamente de forma a sustentar a Competência Técnico-Científica desenvolvida?

- Quanto ao Indicador de porcentagem de Lotação de Pessoal Civil (LPC) - Existe quantitativo de pessoal civil suficiente?

- Indicador de porcentagem de Lotação de Pessoal Militar (LPM) - Existe quantitativo de pessoal militar suficiente?

- Indicador de Composição da Força de Trabalho (CFT) - Os detentores da competência técnico-científica desenvolvida fazem parte do quadro de pessoal efetivo?

b) O indicador está vinculado aos seguintes objetivos setoriais:

4º Atender à demanda de formação acadêmica nas áreas de interesse do campo aeroespacial, em geral, e do COMAER, em particular;

7º Estabelecer programas de capacitação para os servidores visando à participação em cursos de pós-graduação em instituições de ensino públicas e privadas no país e no exterior;

8º Desenvolver programas de aprimoramento técnico-profissional e de elevação de nível intelectual e cultural.

c) Avaliação.

O indicador é objetivo e considerado válido pois reflete o que está sendo medido, bem como possibilita comparação entre os índices em diferentes períodos, devido à estabilidade dos conceitos utilizados nas variáveis. No entanto, em relação à homogeneidade, as variáveis atingem diferentes segmentos dos recursos humanos, devido às particularidades das atividades desenvolvidas na UJ,

o que dificulta a avaliação do que o Indicador está efetivamente medindo: se a quantidade de recursos humanos existente ou a qualidade desses recursos. Ressalte-se que essa deficiência está sendo suprida na Nota Técnica 01/DDI/DCTA/2015, Indicador Estratégico de Produção Técnico Científica que define com mais detalhes a variável do Efetivo atuante na área fim.

Nome – Indicador de Capacidade de Apropriação do Capital Intelectual Gerado – CACIG

Objetivo - *Obter uma indicação de como se encontra a capacidade do DCTA, não só em quantidade, mas também em qualidade, para preservar e ampliar as competências técnico-científicas adquiridas.*

Fórmula de Cálculo: $CACIG = [TIC + (2 * ATG)] / 3$

TIC (Transmissão Interna de Conhecimento) = (NTIPE x 100) / NPE

NTIPE = Número de Transmissões Internas referentes a Publicações Externas

NPE = Número de Publicações Externas

ATG (Apropriação de Tecnologias Geradas) = (NTA * 100) / NTG

NTA = Número de Tecnologias Aplicadas

NTG = Número de Tecnologias Geradas

Observações:

a) O indicador propõe-se a responder às seguintes questões:

- O DCTA está sendo capaz de se apropriar do capital intelectual gerado por seus integrantes?

- Indicador de Porcentagem de Apropriação de Tecnologias Geradas (ATG) - As tecnologias geradas estão sendo utilizadas?

- Indicador de Porcentagem de Transmissão Interna de Conhecimento disponibilizado para o Complexo Científico Tecnológico (TIC) - O conhecimento está fluindo no âmbito do DCTA? Está havendo compartilhamento ou disseminação do conhecimento gerado no âmbito do DCTA entre os seus integrantes?

b) O indicador está vinculado aos seguintes objetivos setoriais:

1º Fomentar o desenvolvimento de estudos, de tecnologias e de pesquisas com o intuito de buscar a autosuficiência em sistemas bélicos e aeroespaciais;

2º Estabelecer parcerias com a indústria aeroespacial e de defesa, desde a concepção das pesquisas aplicadas, fomentando o complexo científico-tecnológico aeroespacial; e

3º Atuar nas pesquisas básica e aplicada, e no desenvolvimento tecnológico, com a finalidade de alcançar autonomia nacional para acesso ao espaço, bem como otimizar a infraestrutura necessária para a prestação de serviços de lançamento.

d) Avaliação.

O indicador é objetivo e considerado válido pois reflete o que está sendo medido, bem como possibilita comparação entre os índices em diferentes períodos devido à estabilidade dos conceitos utilizados nas variáveis.

Em relação à homogeneidade, importante destacar que a ponderação das tecnologias é um fator importante a ser considerado na composição da fórmula, pois tecnologias mais complexas estão sendo tratadas da mesma forma que as mais simples, sem considerar os recursos aplicados na



geração da tecnologia e sua eventual aplicação, o que pode prejudicar a completude e a confiabilidade do indicador.

Nome – Indicador de Estabilidade de Aporte Financeiro – Órgãos Superiores EAF-OS

Objetivo – “Obter um índice que represente o quanto o DCTA está sendo contemplado dentro de suas necessidades”.

Fórmula de Cálculo = EAF-OS = RFR / RFS * 100.

RFR = Recursos Financeiros Recebidos

RFS = Recursos Financeiros Solicitados

Observações:

a) O indicador propõe-se a responder à seguinte questão:

O DCTA está recebendo o que solicitou?

b) Vinculação com os objetivos setoriais:

-5º Incrementar a eficiência dos processos internos do DCTA; e

- 6º Maximizar a obtenção de recursos orçamentários e financeiros no Orçamento Geral Da União (OGU) e junto aos órgãos de fomento à pesquisa e desenvolvimento, visando ao suporte às áreas de C&T de interesse do COMAER.

c) Avaliação

O indicador é válido, preserva os requisitos de comparabilidade, estabilidade, compreensão, praticidade, confiabilidade e principalmente, no que se refere à utilidade, sobretudo no contexto de cortes orçamentários que tem sofrido a Administração Pública Federal, o indicador responde ao que se propõe avaliar com a mensuração.

Nome – Indicador de Estabilidade de Aporte Financeiro – Âmbito Interno (EAF-AI)

Objetivo – “Obter um índice que represente o quanto o DCTA está sendo contemplado dentro de suas necessidades”.

Fórmula de Cálculo = EAF-AI = 0,3 CEO + 0,3 QPEO + 0,4 CAF

CEO = (VTCE × 100) / VTCD

CEO = Capacidade de Execução Orçamentária

VTCE = Valor Total dos Créditos Empenhados

VTCD = Valor Total dos Créditos Disponibilizados.

QPEO = Qualidade do Processo de Execução Orçamentária

NPAA = Número de Pedidos de Aquisição Atendidos

NPAE = Número de Pedidos de Aquisição Elaborados.



CAF = Capacidade de Atendimento Financeiro

NPD = Número de Projetos Descontinuados por falta de bem ou serviço solicitado

NPR = Número de Projetos Remanejados por falta de bem ou serviço solicitado

NP = Número de Projetos

Observações:

- a) O indicador propõe-se a responder às seguintes questões:

O DCTA está gerenciando de forma que os recursos financeiros recebidos atendam às suas necessidades?

O DCTA é capaz de utilizar de tudo o que recebe dentro e fora do Exercício?

Todos os processos de aquisição no DCTA são concluídos?

A resposta obtida servirá como subsídio para a pergunta “Por quê?” e consequentes ações decorrentes da(s) razão(ões) levantada(s).

- b) Vinculação com os objetivos setoriais:

-5º Incrementar a eficiência dos processos internos do DCTA; e

- 6º Maximizar a obtenção de recursos orçamentários e financeiros no Orçamento Geral Da União (OGU) e junto aos órgãos de fomento à pesquisa e desenvolvimento, visando ao suporte às áreas de C&T de interesse do COMAER.

- c) Avaliação

Os indicadores são válidos; porém, contém aspectos de subjetividade, pois nota-se que a escolha de variáveis pode ser influenciada por aspectos gerenciais e de melhor alocação de recursos.

Não há que se contestar os requisitos de comparabilidade, estabilidade, compreensão, praticidade, confiabilidade e principalmente, no que se refere à utilidade dos indicadores, sobretudo no contexto de cortes orçamentários, que tem sofrido a Administração Pública Federal.

4. GESTÃO DE PESSOAS

As questões a serem avaliadas pela auditoria de gestão foram: A gestão de RH atende às necessidades da unidade? O efetivo é adequado? Se não, quais ações foram tomadas para manutenção/aumento do efetivo? Há serviços terceirizados? Como estão ocorrendo as contratações de pessoal temporário?

A força de trabalho do DCTA e das unidades subordinadas é composta por 5.910 pessoas, sendo previsto originalmente 7.898 pessoas entre civis e militares, o que demonstra uma carência significativa de pessoal.

A despeito do ingresso no Departamento de 241 servidores civis por intermédio de concurso público, realizado para as carreiras de ciência e tecnologia e da carreira de magistério, 1.097 cargos ainda permaneceram vagos durante o exercício de 2014, o que demonstra a carência de pessoal civil para atender a demanda das atividades do DCTA.

Ressalte-se que embora conste na Introdução do RG o provimento de 247 servidores e na análise crítica do item 7.1, subitem 4.1.11.1, 236 servidores (fl 42 do RG 2014), a equipe constatou que a Portaria MPOG nº 24, de 21 de janeiro de 2014, publicada no DO nº 15 de 22 de janeiro de 2014, autorizou o provimento de 241 cargos das carreiras de Pesquisa, de Desenvolvimento Tecnológico e de Gestão, Planejamento e Infraestrutura em Ciência e Tecnologia.



A mencionada deficiência de pessoal foi constatada, também, por ocasião da medição do Indicador Estratégico de Sustentabilidade da Competência Técnico-Científica SCTC, no qual o índice obtido foi de 78,02%, o que significa Estado de Alerta, conforme análise do resultado do indicador, constante do Relatório de Gestão 2014:

“Indica a necessidade de se perseverar na busca de recompletamento do pessoal, a fim de que o resultado do indicador migre para o Nível 1 - Estado de Normalidade (EN). O resultado do ano de 2014 de 78,02% demonstra pequena melhora se comparado ao resultado do indicador do ano de 2013, quando foi obtido o valor de 77,68%. Os Indicadores de Lotação de Pessoal Militar (LPM) com 88,82% e de Composição da Força de Trabalho (CFT) com 86,59%, estão no Nível 1 – Estado de Normalidade (EN). O Indicador de Lotação de Pessoal Civil (LPC) com 58,66% está no Nível 3 - Estado Crítico (EC). Trata-se de uma situação preocupante se considerarmos que, segundo levantamento realizado pela Divisão de Recursos Humanos (DRH) do DCTA, existem hoje 308 servidores civis com tempo de serviço completo para aposentadoria, que optaram por permanecer na ativa, recebendo abono salarial de permanência.”

Quanto à Qualificação e Capacitação da Força de Trabalho, compete à Divisão de Capacitação (DCA) as atribuições referentes à capacitação profissional dos recursos humanos do DCTA e de suas 11 Organizações Militares (OM) Subordinadas. Sendo muito importante para a cadeia de valor do DCTA o mapeamento de competências do efetivo do DCTA e de suas UG subordinadas, citado no RG 2014, como auxílio à política de capacitação da UJ.

O sistema utilizado na gestão de pessoal do COMAER é o Sistema de Informações Gerenciais de Pessoal (SIGPES). Trata-se de um instrumento utilizado pelo COMAER para Gerenciamento de Recursos Humanos, através da integração, em um único Banco de Dados, dos módulos dos antigos Sistemas de Administração de Pessoal (SISAP), de Pagamento de Pessoal (ACANTUS), de Gestão de Fundo de Saúde (FUNSA) e de Emissão de Boletim, o que permite maior consistência de dados, melhor gerenciamento dos recursos, e maior velocidade no fornecimento de informações.

Atualmente, todas as Organizações Militares do COMAER acessam o SIGPES para a publicação de seus boletins internos, realizando, com isso, a atualização dos dados da base.

Quanto ao pessoal terceirizado, conforme informado pela UJ, no RG 2014, foram contratados 344 colaboradores para atuar nas Organizações do DCTA, na área de limpeza e conservação. As Unidades responsáveis pela execução desses contratos são o Centro de Lançamento de Alcântara (CLA), o Centro de Lançamento da Barreira do Inferno (CLBI) e o Grupamento de Infraestrutura e Apoio de São José dos Campos (GIA-SJ). Destaca-se que a vigência do contrato do CLBI encerrou-se em outubro de 2014, sem a assinatura de novo contrato.

5. TRANSFERÊNCIAS

Em dezembro de 2014, o IAE firmou convênio com a FUNCATE para apoio à gestão administrativa e financeira na execução do projeto de desenvolvimento tecnológico denominado Veículo Lançador de Microssatélites VLM-1; porém, não houve repasse de recursos financeiros no exercício.

6. GESTÃO DE COMPRAS E CONTRATAÇÕES

As questões propostas para a equipe de auditoria foram: A execução orçamentária e financeira da unidade apresenta conformidade legal? A legalidade e a regularidade dos atos e contratos de gestão encontram-se adequados? (Compras e contratações, suprimento de fundos, restos a pagar, patrimônio, transferências, passivos sem prévia previsão orçamentária). A UJ tem adotado medidas que estimulem o uso racional de recursos (redução do consumo de papel, energia ou água); e separação de resíduos recicláveis descartados?

Na estrutura do Comando da Aeronáutica, o DCTA é uma Unidade Gestora Credora (UGCRED) apoiada pelo Grupamento de Infraestrutura e Apoio de São José dos Campos (GIA-SJ), e, portanto, não realiza suas próprias aquisições e ou contratações.

No entanto, no âmbito da UJ – DCTA, a regularidade dos processos licitatórios, bem como a qualidade dos controles internos administrativos, são atribuições de agentes da administração pertencentes ao efetivo das Unidades Gestoras Executoras (GIA-SJ, CLBI e CLA) subordinadas.

Os processos de licitação do DCTA são submetidos à assessoria jurídica das Consultorias Jurídicas da União em São José dos Campos e, no caso de UG isoladas, à CJU das respectivas localidades em que se encontram.

Na gestão das compras no âmbito do DCTA, destaca-se a utilização da modalidade Pregão, nas licitações, sendo maior parte dos recursos gastos realizados por contratação direta, e a realização da primeira licitação por Regime Diferenciado de Contratação com execução prevista para 2015 (realização de obras e serviços de engenharia no âmbito dos sistemas públicos de ensino, previsto no § 3º do Art. 1º da Lei nº 12.462/11).

As principais dificuldades encontradas na execução orçamentária do DCTA e UG subordinadas ocorreu devido à demora na descentralização dos créditos; ao demorado trâmite para cumprimento das exigências formais e ao tempo despendido na análise jurídica dos processos. A liberação tardia dos recursos orçamentários, no segundo semestre, concorreram para a inscrição em Restos a Pagar (RP).

Destaca-se que a Dispensa de Licitação e a Inexigibilidade para as compras da COPAC, a parte de maior materialidade dos valores apresentados, são justificados, respectivamente, pelo inciso XIX, Artigo 24, e inciso I, do Artigo 25, da lei nº 8.666/1993, nas despesas com serviços públicos, como água e energia elétrica, e despesas de pequeno vulto das Unidades subordinadas.

A utilização de critérios de sustentabilidade ambiental no âmbito do DCTA para a contratação de serviços e obras e aquisição de materiais é prática implementada. Nota-se no preenchimento do Quadro A.10.1 – Aspectos da Gestão Ambiental, que o quesito nº 3 – “*As contratações realizadas pela unidade jurisdicionada observam os parâmetros estabelecidos no Decreto nº 7.746/2012?*” obteve a resposta SIM. No entanto, não foi possível à equipe comprovar a utilização desse procedimento pelo DCTA, tendo em vista que as aquisições e contratações de serviços são realizadas pelo GIA-SJ, CLBI e CLA.

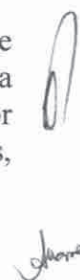
Conforme informado no RG 2014, os recursos recebidos pelo DCTA em 2014 não foram empenhados em sua totalidade, tendo havido anulação de valores para os quais não foi possível fazer todo o processamento, dentro do prazo de execução orçamentária autorizado.

7. TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (TI) DA UJ

A equipe de auditoria tinha como escopo de seu trabalho, avaliar as seguintes questões: A gestão de TI é conduzida para atendimento e suporte das atividades fim da unidade? A unidade realiza atividades para mitigar riscos relacionados à TI?

A gestão de TI está disciplinada, dentre outros normativos, na ICA 7-33/2014 – Governança de Tecnologia da Informação do DCTA, na ICA 7-34/2014 – Política de Segurança em Tecnologia da Informação e Uso dos Recursos Computacionais do DCTA e em seu próprio Plano Diretor de Tecnologia da Informação PDTI 2014 – 2015, tendo como principal responsável por sua condução a Divisão de Tecnologia da Informação (DTI), Elo de Coordenação Central da TI no âmbito do DCTA.

Até agosto de 2014, encontrava-se vigente o PDTI 2013-2014, de maio de 2013; a partir de setembro passou a vigor o PDTI de 2014-2015. No PDTI, constam informações sobre a Estrutura Organizacional da Unidade de TI; resultados do PDTI anterior; o Inventário das necessidades por setor; os Planos de Metas e Tarefas, de Gestão de Pessoas, de Investimentos e de Gestão de Riscos, todos detalhados por Unidade subordinada.



A DTI encontra-se subordinada diretamente ao Subdepartamento de Administração do DCTA e, sistemicamente, à Diretoria de Tecnologia da Informação, Órgão Central da Tecnologia da Informação no Comando da Aeronáutica. A DTI é responsável pela gestão estratégica de Tecnologia da Informação e pelas atividades de planejamento, organização, controle, orientação e coordenação relativas a TI, no âmbito do DCTA, e de suas Organizações subordinadas, bem como pela gestão dos recursos computacionais corporativos de processamento e de comunicação de dados do DCTA.

Para a operacionalização e disponibilidade dos sistemas corporativos, conforme disposto na ICA 7-33/2014, a DTI conta com o Núcleo Corporativo de TI do DCTA (NCTI/DCTA), o qual se encontra sediado no GIA-SJ.

As diretrizes e procedimentos referentes à segurança em TI do DCTA estão estabelecidas também na ICA 7-34/2014 – Política de Segurança em Tecnologia da Informação e Uso dos Recursos Computacionais do DCTA.

Para zelar e proteger a informação e o conhecimento armazenado e trafegado em suas redes de comunicação de dados, bem como em seus recursos computacionais, o DCTA possui uma Equipe de Recuperação de Incidentes de Segurança em Computadores (ERISC/DCTA), subordinada à DTI, para atuar preventiva e corretivamente na segurança em Tecnologia da Informação.

No que se refere à estrutura destaca-se:

- a) o Comitê de TI, constituído pelo Conselho de Diretores do DCTA, cujos assentos são ocupados pelos dirigentes máximos do Departamento e suas OM subordinadas, e o Chefe da Divisão de Tecnologia da Informação (DTI) do Subdepartamento de Administração (SDA) do DCTA;
- b) a Comissão de Rede e de Segurança em TI que tem por finalidade assessorar à DTI/DCTA nos assuntos relativos à conectividade da RCD/DCTA e das Redes Locais das OM subordinadas ao DCTA, como também nos assuntos relativos à Segurança em TI; e
- c) a Equipe de Resposta a Incidentes de Segurança em Computadores (ERISC), constituída por pelo menos 2 (dois) servidores ou militares dedicados, preferivelmente de forma exclusiva, às atividades de segurança computacional no âmbito da RCD/CTA e que sejam membros ativos da Comissão Rede e de Segurança em TI do DCTA.

No Plano de Gestão de Riscos, para cada tarefa foram identificados os possíveis riscos, bem como a probabilidade de sua ocorrência e classificado o grau de impacto causado. Para os riscos com alta probabilidade de ocorrência e ou alto impacto, foram definidas ações para evitar ou mitigar estes riscos.

No que se refere à avaliação dos resultados anteriores, especial atenção foi dedicada aos fatores que impediram o cumprimento de metas e tarefas.

Quanto aos recursos destinados a atender às necessidades relacionadas à área de TI, e registradas no PDTI por tipo de despesa: material de consumo, serviços e mat. permanente, está previsto, para os exercícios de 2014 – 2015, o montante de 102.673.849,31 (Cento e dois milhões, seiscentos e setenta e três mil, oitocentos e quarenta e nove reais e trinta e um centavos).

Questionado, conforme Solicitação de Auditoria nº 01 CENCIAR, de 13 de abril de 2015, sobre o Inventário de Software da UJ, o Chefe da Divisão de TI informou que:

“Os inventários de software e hardware, são realizados de forma online no DCTA e suas UG subordinadas, por meio da utilização de software livre específico para essa finalidade. Em consonância com o estabelecido na ICA 7-33, cada OM, por meio de seus respectivos Chefes de Equipe de Tecnologia da Informação(TI), realiza o seu inventário de forma a garantir a integralidade e legalidade de seus recursos computacionais, bem como obter informações para a elaboração de planejamento para atualização e, quando necessário, expansão de seu parque computacional. Nas inspeções periódicas realizadas pelo DCTA em



suas organizações subordinadas, a realização de inventário é um dos requisitos verificados, conforme preconizado na ICA 122-6, 30 de janeiro de 2015”.

Quanto ao desenvolvimento de sistemas, o gestor informou que não são desenvolvidos sistemas com perfil administrativo, sendo utilizados os sistemas corporativos do próprio COMAER (SIGADAER, SIGPES, SISPLAER etc). Em relação a desenvolvimento de sistemas técnicos-científicos, foi informado que...“há uma dinâmica natural de manutenção e pequenos desenvolvimentos inerentes ao cumprimento da missão, às especificidades e atividades fins de cada OM, bem como dos projetos envolvidos”.

Quanto à necessidade de novos sistemas, encontra-se registrado no PDTI da UJ a necessidade de um sistema integrado que dê suporte à missão institucional do IFI.

Conforme informado na Solicitação de Auditoria nº 01 - CENCIAR, estão associados ao macroprocesso finalístico Desenvolvimento no Campo Aeroespacial e de Defesa, os seguintes sistemas.

SISTED-Sistema Tático de Enlace de Dados que tem por objetivo o intercâmbio de mensagens táticas entre as Forças Armadas.

AEROGRAF- Sistema de apoio à decisão cujo desenvolvimento visa atender a várias necessidades operacionais da Força Aérea Brasileira. Esta plataforma é composta pelos seguintes módulos: Inteligência Assistida por Computador (INT), Geoprocessamento (GEO), Planejamento de Missão Aérea (PMA) e Planejamento de Defesa Aeroespacial (PDA)

PITER - Sistema de Processamento de Imagem em Tempo Real, que objetiva a navegação autônoma por imagens para Veículos Aéreos Não-Tripulados (VANT). Esta integração visa capacitar robôs na tomada de decisões.

Sobre a existência de contratos de TI, a Unidade informou que possui apenas um contrato referente à “Canal dedicado de acesso à internet”, cuja vigência finda em 31/10/2015.

Na análise da Equipe de Auditoria a área de TI do DCTA atende às necessidades da UJ.

8. PATRIMÔNIO IMOBILIÁRIO

Os imóveis da União e de terceiros utilizados pelo COMAER são cadastrados em dois sistemas: Sistema de Gerenciamento de Imóveis de Uso Especial da União (SPIUnet) e Sistema de Gerenciamento do Patrimônio Imobiliário da Aeronáutica (SIGPIMA), que é um sistema informatizado, sob a responsabilidade da DIRENG, destinado ao gerenciamento dos imóveis sob a jurisdição ou posse do COMAER, com a finalidade de coletar, processar, armazenar e atualizar as informações necessárias ao planejamento, execução e controle das atividades inerentes ao Sistema de Patrimônio Imobiliário do COMAER.

A Norma do Sistema de Patrimônio do Comando da Aeronáutica, NSCA 87-1, elaborada pela Diretoria de Engenharia da Aeronáutica, reeditada pela Portaria COMGAP nº 11/2EM, de 29 de abril de 2011, é a principal norma interna da Área de Patrimônio, vigente no COMAER.

O DCTA, conforme registrado no RG 2014, possui 851 imóveis de propriedade da União sob sua responsabilidade e de suas UG subordinadas, distribuídos nos Estados do Maranhão (137 imóveis), Rio Grande do Norte (105 imóveis), São Paulo (604 imóveis) e Paraná (5 imóveis).

A gestão do patrimônio imobiliário está a cargo das UG subordinadas: Grupamento de Infraestrutura e Apoio de São José dos Campos (GIA-SJ) em São Paulo – SP; Centro de Lançamento da Barreira do Inferno (CLBI) em Natal-RN; e Centro de Lançamento de Alcântara (CLA) em Alcântara-MA.

No caso específico das instalações utilizadas pelo DCTA, cabe ao GIA-SJ a responsabilidade Patrimonial e Administrativa, conforme consta do RG 2014 do DCTA, pág. 119, a saber:



“Quanto à estrutura de controle e de gestão do patrimônio imobiliário existente no âmbito da UJ, a Guarnição de Aeronáutica de São José dos Campos (GUARNAE-SJ) abrange diversas Organizações Militares (OM) subordinadas e também unidades hóspedes, todas utilizando áreas atualmente sob responsabilidade Patrimonial e Administrativa do GIA-SJ”.

Compete à Divisão de Apoio (DA) do GIA-SJ planejar, coordenar e executar as atividades previstas pelo Sistema de Patrimônio da Aeronáutica para a localidade e aquelas correlacionadas à manutenção, restauração, adaptação ou reforma e construção de bens imóveis. No CLA e CLBI, a Seção de Patrimônio integra a Divisão de Apoio e Infraestrutura à qual compete o controle do patrimônio imobiliário sob sua responsabilidade.

É da competência do Gestor de Imóveis das UG subordinadas ao DCTA a responsabilidade pela execução dos atos necessários ao cadastro, contabilização, regularização e administração dos imóveis a cargo da Unidade Gestora, incluindo emissão das “NL” referentes às modificações patrimoniais dos bens imóveis, bem como pela consistência dos registros contábeis referentes aos bens imóveis, com os documentos que deram origem aos lançamentos no SIAFI. As correções dos registros contábeis são verificados em auditorias internas, realizadas pela própria UG, e por ocasião das visitas de Auditoria realizadas pelo CENCIAR. As inconsistências, caso identificadas, são formalmente encaminhadas ao dirigente máximo da unidade para as providências cabíveis.

As orientações de caráter normativo sobre os procedimentos referentes à execução patrimonial, aplicáveis às Unidades Gestoras do COMAER, são apresentadas no Manual de Execução Orçamentária, Financeira e Patrimonial do COMAER, MCA 172-3, aprovado pela Portaria SEFA nº 34/ANAJ, de 14 de agosto de 2014, Manual Eletrônico.

O DCTA não possui imóveis locados de terceiros.

No que refere a imóveis ainda não legalizados, consta no Anexo G do Relatório de Gestão, as seguintes informações quanto ao acompanhamento e providências adotadas pelas UG responsáveis:

Município	Utilização	Observações
São José dos Campos	Grande área do GIA-SJ	Tombo SP-033-007 - Área de 5.491,16 m ² . Situação: Em fase de legalização judicial, via processo de desapropriação. 1ª Área com 220,66 m ² , desapropriada pelo Decreto nº 83.145, de 07 fev. 1979, de Valter Santos, processo nº 00.0131600-1/79; e 2ª área com 5.270,50 m ² , de Áurea Fernandes Rodrigues, processo Nº 00.01316010, ambos tramitando na Justiça Federal em São Paulo. Titulação: em fase de legalização.
São José dos Campos	Grande área do GIA-SJ	Tombo SP-033-008 – Área de 157.668,34 m ² . Situação: Em fase de legalização via processo judicial de desapropriação (PROCESSO: 000.2294400 – Atual nº 0119440-72.1980.403.6100, da 4ª Vara Federal de São Paulo – desapropriado: Davoli Empreendimentos Imobiliários S.A).
São José dos Campos	Marcador Externo ILS	Tombo SP-035-000 - Área: 6.643,38 m ² . Situação: Em fase de legalização judicial, via processo de desapropriação. Desapropriada pelo Decreto nº 82.655, de 16 nov. 1978, de Tassilo Ludwig Tibiriça Von Beszedits e outros, processo nº 00.0141751-7.

Município	Utilização	Observações
		<p>Titulação: Dependente do encerramento do processo judicial em andamento na Justiça Federal em São Paulo; Decreto utilidade pública nº 31.177, de 24 jul. 1952.</p>
<p>São José dos Campos</p>	<p>Área do DCTA</p>	<p>Tombo: SP-108-000 - Área de 40.549,70 m².</p> <p>Situação: Não Legalizado. Em fase de legalização via processo administrativo de retificação de área e desdobro.</p> <p>Titulação: Escritura Pública de Dação em Pagamento, lavrado no 4º Cartório de Notas da Comarca de São José dos Campos – SP, em 13 de junho de 1995, no livro nº 371, folhas 090/091, gleba B da escritura, pertencente à área maior de matrícula nº 55.233, de 25.11.1974, fls. 99 do Livro nº 03-G, do 1º Cartório de Registro de Imóveis de São José dos Campos – SP e Cadastrado na SDP/DIRENG, sob o Tombo SP 108-000.</p> <p>Referentemente à qualidade e à completude dos registros das informações dos imóveis no Sistema de Registro dos Imóveis de Uso Especial da União SPIUnet, informa-se que as áreas citadas abaixo aguardam os respectivos Termos de Entrega, a serem emitidos pela SPU/SP, para após, efetuar o cadastro no SPIUnet.</p>
<p>Jacareí - SP</p>	<p>Usina Cel. Abner</p>	<p>Tombo SP-072-001 - Área de 573.329,28 m².</p> <p>Situação: Legalizado (aguarda o Termo de Entrega a ser emitido pela SPU/SP, para, após, efetuar o cadastro no SPIUnet).</p> <p>Titulação: Escritura lavrada no 4º Ofício de Notas de São José dos Campos, Livro 105, Fls. 149/150vº, em 22 out. 1981; Registro de Imóveis em 30 nov. 1981, matrícula nº 14.753, Livro 2, Fls. 1vº/2, Jacareí, averbada em 17 out. 1996.</p> <p>Ofício nº 393/GIA-SJ, de 2008 à GRPU/SP solicitando o Termo de Entrega nos termos do §1º, do Art. 79, do Decreto-Lei nº 9.760, de 03 de setembro de 1946.</p> <p>Ofício nº 17/GIA-SJ/1344, de 24.08.2011, ratificando ao SPU/SP o pedido de Termo de Entrega externado no Ofício nº 393/GIA-SJ, de 2008.</p>
<p>Jacareí - SP</p>	<p>Usina Cel. Abner</p>	<p>Tombo SP-072-002 - Área de 754.314,08 m².</p> <p>Situação: Legalizado. (Aguarda o Termo de Entrega a ser emitido pela SPU/SP, para, após, efetuar o cadastro no SPIUnet).</p> <p>Titulação: Escritura lavrada no 4º Ofício de Notas de São José dos Campos, Livro 115, Fls. 112/113, em 10 ago. 1982.</p> <p>Registro de Imóveis em 28 maio 1982, Matrícula nº 16.051, Livro 2, Fl. 01, Jacareí.</p> <p>Escritura de retificação e ratificação no 4º Ofício de Notas de São José dos Campos, em 11 nov. 1982, Livro nº 115, Fls. nº 177/178, Reg. em 12 mar. 1987.</p>

Questionada a Administração quanto aos mecanismos que incentivam a participação do efetivo na elaboração dos procedimentos e instruções operacionais, código de ética e conduta (Item 1 da SA nº 05), a resposta obtida foi a seguinte:

“O DCTA, estimula e incentiva a participação de servidores na elaboração de procedimentos, instruções operacionais, códigos de ética ou conduta, normalmente é feita através da divulgação de memorandos através do SIGADAER, email ou Formulários disponibilizados no sítio do DCTA (intraer e internet). Tais dispositivos são acionados conforme necessidade e natureza das questões”.

A UJ apresentou, como comprovação da participação do efetivo, os seguintes documentos:

- a) Parte nº 3/DNO, de 27 de fevereiro de 2015, cujo assunto trata de sugestões à “Revisão do Regimento Interno do DCTA”;
- b) Memorando nº 002/DCTA, de 13 de abril de 2015, sugestões à compensação de crédito de horas trabalhadas;
- c) Msg Rd Difral 10/DLE, de 31 de outubro de 2014, que trata de sugestões à revisão da ICA 10-1/2010 - “Correspondência e Atos Oficiais do Comando da Aeronáutica (ICAER), solicitação do Comando-Geral do Pessoal a todas as OM do COMAER;
- d) Msg Rd Difral 15/DLE, de 24 de novembro de 2014, que trata de sugestões para a atualização do RCA 34-1/2005 - “Regulamento Interno dos Serviços da Aeronáutica (RISAER)”, solicitação do Comando-Geral do Pessoal a todas as OM do COMAER; e
- e) Aviso Interno Nº 02/GC3/11FEV2015, que trata da realização de pesquisa de satisfação junto ao efetivo COMAER, determinação do Comandante da Aeronáutica.

Embora algumas das citadas ações de incentivo à participação do efetivo não tenha sido de iniciativa da UJ, o efetivo participou, de modo amplo e irrestrito, com sugestões às demandas oriundas do COMGEP e do COMAER. Ressalte-se que a participação do efetivo na elaboração dos procedimentos e instruções operacionais é materializada, principalmente, na elaboração das Normas Padrão de Ação (NPA), onde são registradas e atualizadas, periodicamente, as atividades realizadas em cada seção de uma Organização.

Questionado o ACI sobre os procedimentos formais para elaboração e atualização de normas internas, por meio de Solicitação de Auditoria nº 5 – CENCIAR, foi informado que esses procedimentos são formalizados por meio de Parte aos diversos setores da UJ, comprovado por meio da Parte nº 10/SAUX/18AGO2014, e se encontram disciplinados na NPA DCTA 001:2014.

Questionada se realiza avaliação de riscos de forma estruturada e periódica (Item 3 da SA nº 05 – CENCIAR) a UJ respondeu que, dentre outras, se utiliza dos indicadores gerenciais do DCTA, de Visitas de Inspeção anuais às UG subordinadas, previstas na ICA 121-6/2012, de técnicas de fiscalização e de auditoria interna anuais, conforme transcrito a seguir:

Para fazer face à necessidade de mensuração do risco e do constante acompanhamento das situações que pudessem ameaçar os Fatores Críticos de Sucesso da Organização foram utilizados os Indicadores Gerenciais do DCTA: Indicador Estratégico de Sustentabilidade da Competência Técnico-Científica (SCTC), Indicador Estratégico da Capacidade de Apropriação do Capital Intelectual Gerado (CACIG), Indicador Estratégico de Estabilidade de Aporte Financeiro – Órgãos Superiores (EAF-OS) e Indicador Estratégico de Estabilidade de Aporte Financeiro – Âmbito Interno (EAF-AI). As OMS, por determinação do DCTA, também participaram do processo, utilizando seus próprios Indicadores, incorporados aos respectivos Programas de Trabalho Anual.

Neste cenário, com foco na melhoria e maior eficiência da gestão, implementaram-se ações mitigadoras como a criação da Divisão de Acompanhamento do Desempenho Institucional (DDI), aprovada pela Portaria DCTA nº 219, de 18 de julho de 2014, com o objetivo de contribuir para um melhor controle da

Jane

gestão, por meio do acompanhamento do desempenho do DCTA e das suas OMS, a partir de análises de inspeções periódicas, de dados estatísticos e de indicadores gerenciais

O DCTA utilizou as Visitas de Inspeção, “anualmente”, previstas na Instrução que trata da Inspeção nas Organizações Militares Subordinadas ao Departamento de Ciência e Tecnologia Aeroespacial (ICA 121-6/2012), com a finalidade de avaliar, in loco, os desempenhos técnicos, operacionais e administrativos, bem como de identificar os óbices enfrentados pelas OMS, considerando-se os recursos orçamentários, materiais, humanos e tecnológicos disponíveis, tendo em vista os objetivos estabelecidos para a Organização.

Outro importante instrumento utilizado foi o Conselho de Direção (CONDIR), órgão componente da estrutura de governança da Instituição, cujas reuniões “semanais” proporcionaram mecanismos que permitem ao Diretor-Geral do DCTA avaliar, direcionar e monitorar a atuação da gestão no âmbito do DCTA e das suas OMS.

A Direção do DCTA contou, ainda, com a Assessoria de Controle Interno que empregou técnicas de fiscalização e de auditoria interna, “anualmente”, com vistas a garantir a aplicação eficiente, eficaz e legal dos recursos alocados ao DCTA.

Para proteger a informação, bem como o conhecimento armazenado e trafegado em suas redes de comunicação de dados, o DCTA utilizou a sua Equipe de Recuperação de Incidentes de Segurança em Computadores (ERISC), subordinada à DTI, para atuar preventiva e corretivamente na segurança em Tecnologia da Informação.

Por fim, o DCTA, rotineiramente, solicitou a atuação consultiva da Advocacia-Geral da União (AGU), representada pelo seu órgão vinculado em São José dos Campos, a Consultoria-Jurídica da União (CJU-SJ), no intuito de obter assessoramento e orientação relativos à segurança jurídica dos atos administrativos praticados.

Tais ferramentas objetivaram permitir que ações oportunas e adequadas, tais como replanejamentos, remanejamentos de recursos financeiros e humanos, mudanças de prioridades, solicitações de recursos financeiros adicionais junto aos órgãos superiores, entre outras, pudessem ser tomadas, nos âmbitos interno e externo, de modo a assegurar que as ameaças ao cumprimento da missão fossem prontamente neutralizadas ou, pelo menos minimizadas.

Em acordo com o mencionado acima, a UJ adotou, dentre outras, as seguintes medidas julgadas pertinentes à avaliação de riscos:

- a) a implantação da Divisão de Acompanhamento do Desempenho Institucional (DDI), aprovada pela Portaria DCTA nº 219, de 18 de julho de 2014;
- b) a realização das Visitas de Inspeção, comprovada conforme relatórios de 2014, disponibilizados à Equipe de Auditoria; e
- c) as reuniões do CONDIR, conforme Ata de Reunião N° 02/CONDIR-DCTA, de 24FEV2015.

No entanto, a equipe considerou que as medidas adotadas, embora possam auxiliar na avaliação de riscos, estão voltadas mais para o acompanhamento da gestão do que propriamente à avaliação de riscos.

Para corroborar a consideração citada no parágrafo anterior, a equipe utilizou como exemplo o texto citado no item 13 - Outras Informações Consideradas Relevantes Pela UJ, do RG 2014 DCTA (pág. 140):

*A criação da Divisão de Acompanhamento do Desempenho Institucional (DDI), aprovada pela Portaria DCTA nº 219, de 18 de julho de 2014, contribuiu para um melhor controle da gestão, por meio do acompanhamento do desempenho do DCTA e das suas OMS, a partir de análises de inspeções periódicas, de dados estatísticos e de indicadores gerenciais. **Grifo nosso.***

Fundamenta-se ainda a equipe, em análise realizada no conteúdo da Ata de Reunião Nº 02/CONDIR-DCTA, de 24FEV2015, em particular quando se refere ao registrado no item 7, a saber:

... o Comandante da Aeronáutica orientou aos ODS que em todos os grandes projetos conduzidos dentro do COMAER sejam elaborados Relatórios de Análise de Risco, a exemplo dos projetos conduzidos pela COPAC. Grifo nosso.

Esse registro, constante da citada Ata, demandou uma ação à Comissão de Obras do DCTA (CO-DCTA) registrada no item 8 da mesma Ata: *Elaborar Relatório de Análise de Risco referente ao Projeto de Ampliação do ITA.*

Considerando que a Reunião do CONDIR, data de 24 de fevereiro de 2015, depreende-se do exposto acima que a avaliação de riscos, de forma estruturada e periódica, no âmbito do DCTA, no exercício de 2014, ocorreu somente para os grandes projetos, em particular, para os da COPAC. Há necessidade que esse procedimento seja estendido a todos os projetos e principais atividades sob a responsabilidade da UJ e UG subordinadas.

Na análise da ocupação dos diversos cargos e delegações de competência verificou-se que, em geral, as funções são segregadas, com a finalidade de reduzir o risco de erro ou fraude.

Constatou-se, no entanto, em resposta à Solicitação de Auditoria n 04, de 14 de abril de 2015, respondida em 15/04/2015, que uma servidora Analista C&T, do Grupamento de Infraestrutura e Apoio de São Jose dos Campos- GIA-SJ, ocupa as chefias do Núcleo de Serviço Social e da Coordenadoria de Administração e Finanças. Caso haja movimentação financeira em ambos os setores e, de alguma forma, ingerência de um sobre o outro, recomenda-se segregar as funções.

A política de avaliação de riscos não está formalizada, o levantamento dos riscos e ameaças referentes aos objetivos e metas delineados são realizados informalmente pelos gestores responsáveis pelas atividades e pelos procedimentos que influenciarão direta ou indiretamente no alcance dos objetivos da Administração, sendo mensalmente colocados à apreciação em reuniões específicas da Administração. O monitoramento contínuo é incorporado à rotina por meio das atividades de controle e as autenticações realizadas pela assessoria de controle interno da UJ.

Conforme informado no Anexo B, do RG 2014, o resultado da avaliação dos controles internos foi obtido por meio de levantamento realizado juntos aos Controles Internos das OM subordinadas ao DCTA, obtendo-se a média dos graus atribuídos para cada item observado. Verificou-se, de forma bastante satisfatória, o entendimento, pela Alta Administração, da importância dessa atividade para a consecução dos resultados planejados pela UJ, considerando a verificação, avaliação e certificação dos atos e fatos executados pela Administração, de acordo com os princípios constitucionais basilares que norteiam a Administração Pública.

De modo geral, o DCTA conta com um ambiente de controle favorável à consecução de seus objetivos institucionais, pois suas estratégias e objetivos estão estabelecidos, os processos estão estruturados em fatores como valores éticos, competência profissional e desenvolvimento de pessoal também estão presentes na Organização de forma permanente, visto que são estabelecidos de maneira padronizada por meio de normativos do COMAER e da própria UJ.

10. DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Considerou-se para a avaliação da confiabilidade e efetividade dos controles internos, relacionados à elaboração das demonstrações contábeis e de relatórios financeiros, as seguintes questões: Qual a unidade responsável pela elaboração das demonstrações contábeis e relatórios financeiros? Qual a previsão normativa desta atividade? O perfil dos recursos humanos envolvidos? A Estrutura para a execução das atividades contábeis e financeiras são adequadas?



Município	Utilização	Observações
		Ofício nº 394/GIA-SJ, de 2008 à GRPU/SP solicitando o Termo de Entrega nos termos do §1º, do Art. 79, do Decreto-Lei nº 9.760, de 03 de setembro de 1946. Ofício nº 17/GIA-SJ/1344, de 24.08.2011, ratificando ao SPU/SP o pedido de Termo de Entrega externado no Ofício nº 394/GIA-SJ, de 2008.
São José dos Campos	Grande área do GIA-SJ	Tombo: SP-109-000 – Área de 3.219,85 m². Situação: Legalizado (Aguarda o Termo de Entrega a ser emitido pela SPU/SP, para, após, efetuar o cadastro no SPIUnet). Titulação: imóvel desapropriado da AVIBRÁS INDÚSTRIA AERONÁUTICA S/A (Processo 00.0131599-4, da 8ª Vara Federal de São Paulo), registrado no 1º Cartório de Registro de Imóveis e Anexos de São José dos Campos, em 19.11.2010, sob a matrícula nº 195.766 e Cadastrado na SDP/DIRENG, sob o Tombo SP 109-000. Ofício nº 06/DA/PAT/802, de 13.05.2011 – GIA-SJ solicita à SPU/SP o Termo de Entrega nos termos do §1º, do Art. 79, do Decreto-Lei nº 9.760, de 03 de setembro de 1946.

Observa-se considerável decurso de prazo entre as providências adotadas e o momento presente, o que conduz à sugestão de reiteração das providências.

De acordo com as informações constantes do Relatório de Gestão, pode-se depreender que a gestão do patrimônio imobiliário de propriedade da União, de responsabilidade do DCTA e Unidades subordinadas, encontra-se em acordo com as normas vigentes.

9. CONTROLES INTERNOS ADMINISTRATIVOS

Em relação aos controles internos, as questões a serem respondidas pela equipe de auditoria foram: As informações apresentadas sobre controle interno/ambiente de controle são adequadas? Representam a realidade da unidade? O gestor preocupa-se de fato com o estabelecimento de controles, sua aplicação e seu grau de adequação/aderência?

No que se refere ao envolvimento da Alta Administração na elaboração do Relatório de Gestão, este se caracteriza, principalmente, pela designação de um Grupo de Trabalho para elaboração do Relatório de Gestão, conforme Portaria de Nº 280-T/DDI, de 15 agosto de 2014, o que demonstra a preocupação da UJ, no sentido de que todos os setores estejam envolvidos neste processo.

O processamento e a tramitação de documentos, da informação e da comunicação entre o efetivo da Organização é realizado por meio de programas (software) desenvolvidos para esse fim, no COMAER. A informação e a comunicação interna e externa atendem aos diferentes níveis da Organização, tendo em vista que são utilizados diversos meios de comunicação como, por exemplo: Publicações em Boletim Interno Ostensivo; Mensagens SIAFI; Fax; Telefone; Mensagens Diretas; Correio Eletrônico; SIGADAER para a elaboração de documentos formais; Reuniões da Administração; e informações disponibilizadas ao público interno do Comando da Aeronáutica por meio da INTRAER (intranet).

A atribuição prevista na Lei nº 4.320/1964, conforme Art. 85, é executada pela Subsecretaria de Contabilidade – SUCONT, da Secretaria de Economia e Finanças da Aeronáutica (SEFA), que é o órgão central de contabilidade no âmbito do COMAER.

A SEFA integra o Sistema de Contabilidade Federal do Poder Executivo Federal, cujo órgão central é a Secretaria do Tesouro Nacional.

Conforme Regimento Interno da Secretaria de Economia e Finanças da Aeronáutica (RICA 20-2), reeditado e aprovado pela Portaria SEFA nº 22/ANAJ, de 4 de maio de 2015, está a cargo da Seção de Análise e Avaliação de Demonstrações Contábeis (SUCONT 2.2) da Subsecretaria de Contabilidade, na pessoa do Contador credenciado no CRC, analisar e avaliar as Demonstrações Contábeis das UGE, do FAer e do COMAER, como um todo, com vistas à elaboração das declarações e notas explicativas que se fizerem necessárias.

Cabe, ainda, à Seção de Análise e Avaliação de Demonstrações Contábeis o registro, no SIAFI, das Conformidades Contábeis relativas às UG Executoras, ao FAer e ao COMAER, interagir com os elos do Sistema de Contabilidade Federal no trato dos assuntos de sua competência e preparar as informações de custos e as relativas à execução contábil, quando solicitadas, para compor a documentação do COMAER, a ser inserida na prestação de contas do Presidente da República e encaminhada ao MD.

De forma a manter a correção dos registros contábeis sintéticos, conforme preconiza o Art. 95 da Lei nº 4.320/1964, com base nos registros analíticos efetuados pelas diversas Unidades Gestoras do COMAER, a SEFA sempre que necessário, por intermédio do Instituto de Economia e Finanças – IEFA, que tem por finalidade desenvolver capacidades relacionadas com o ensino e a pesquisa nas áreas de economia, finanças, gestão orçamentária e financeira, patrimonial e de contabilidade do interesse do Comando da Aeronáutica, capacita os gestores com objetivo de padronizar procedimentos.

A SUCONT conta também com o apoio das auditorias realizadas nas Unidades do Comando, no que se refere à avaliação da legalidade e legitimidade dos registros efetuados pelas UG nos sistemas contábil, financeiro, de pessoal e demais sistemas administrativos e operacionais, de acordo com a Instrução Normativa nº 01, de 06 de abril de 2001.

De forma, que a equipe de auditoria considera que os controles internos relativos à elaboração das demonstrações contábeis e aos relatórios financeiros das UG do COMAER são confiáveis e efetivos.

11. DESONERAÇÃO DA FOLHA DE PAGAMENTO

A Secretaria de Controle Externo de Aquisições Logísticas do Tribunal de Contas da União (Selog) formulou representação perante aquela Corte, fundamentada no entendimento de possível irregularidade em diversos contratos no âmbito da Administração Pública Federal, motivada pela falta de revisão dos preços praticados pelas empresas beneficiadas pelo Plano Brasil Maior, tendo aquela Corte de Contas proferido o Acórdão nº 2859/2013 – TCU – Plenário (TC nº 013.515/2013-6).

O citado Acórdão expôs a necessidade de revisão dos referidos contratos, especialmente os de prestação de serviços, em razão da redução dos custos obtida por fornecedores como resultado da desoneração da folha de pagamento.

No Comando da Aeronáutica, a Subsecretaria de Contratos e Convênios (SUCONV) da Secretaria de Economia e Finanças da Aeronáutica (SEFA), por intermédio do Ofício Circular nº 1/SUCONV/537, de 7 de fevereiro de 2014, solicitou informações aos Órgãos de Direção Setorial



sobre a citada desoneração nos contratos celebrados por suas Organizações Subordinadas, com as informações solicitadas pelo TCU, ou seja, a demonstração das medidas adotadas para a revisão dos contratos, a obtenção administrativa do ressarcimento dos valores pagos a maior e o detalhamento sobre os contratos revisados, com destaque para a economia obtida em cada contrato, em razão da mudança da base de cálculo para as contribuições previdenciárias devidas pelas empresas, como resultado da desoneração da folha de pagamento concedida para alguns setores da economia (Arts. 7º e 8º da Lei nº 12.546, de 2011).

Em 02/10/2014, representantes das entidades beneficiadas pela desoneração da folha de pagamento ingressaram com pedido de reexame, junto ao Tribunal de Contas da União, dos efeitos dos itens 9.2 e 9.3 do Acórdão nº 2.859/2013 – Plenário, resultando na suspensão daquela determinação, a contar de 18/11/2014, com fulcro no disposto no art. 285 e 286 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246, de 30/11/2011, até a ulterior deliberação da colenda Corte de Contas.

Considerando a complexidade do assunto e que o TCU ainda não proferiu o entendimento final do referido processo, após análise do recurso impetrado; e, por fim, com intuito de que as Unidades Gestoras do COMAER estejam aptas a cumprir os dispositivos legais, o Centro de Controle Interno da Aeronáutica solicitou à SEFA, por meio da Assessoria de Normas e Assuntos Jurídicos (ANAJ), a possibilidade de emitir normativo a respeito do assunto, especialmente pelo vulto das obras e serviços de engenharia, com observância tanto da legislação vigente, quanto das orientações normativas expedidas pela Receita Federal do Brasil (RFB), em especial a IN RFB nº 1.436, de 30 de dezembro de 2013, e suas atualizações, quando da decisão final do TCU.

12. ACESSIBILIDADE

De acordo com o informado no Relatório de Gestão do DCTA, todas as Unidades Gestoras subordinadas adotam medidas de acessibilidade, porém a UJ não possui, formalizadas, informações sobre medidas de acessibilidade, nem diagnóstico a respeito da acessibilidade nas edificações das Organizações subordinadas, quanto às exigências da Lei 10098, de 19 de dezembro de 2000, do Decreto 5296, de 02 de dezembro de 2004, do Decreto 6932, de 11 de agosto de 2009, das Normas da ABNT aplicáveis à acessibilidade e do Acórdão 2170/2012 TCU Plenário, conforme informado na resposta à Solicitação de Auditoria nº 06, de 15 de abril de 2015.

IV – RECOMENDAÇÕES

Considerando-se as análises realizadas, a Equipe de Auditoria recomenda que sejam implementadas as medidas abaixo identificadas; que o Dirigente Máximo da UJ determine que as providências para o atendimento às recomendações, sejam encaminhadas ao Centro de Controle Interno, em prazo a ser estipulado por este Centro de Controle; e que seja determinado fazer constar no próximo RG, no campo próprio, as ações efetivadas:

1. Inserir no PAG, referente ao Relatório de Gestão, cópia das atas de reuniões da Administração, que contenham decisões e ou orientações pertinentes à elaboração do Relatório de Gestão da UJ; bem como ao acompanhamento do planejamento da UJ;
2. Inserir, no Plano Setorial do DCTA e nos Programas de Trabalho das UG subordinadas, metas objetivas e mensuráveis, detalhando as ações planejadas, os valores previstos e os prazos de execução para todos os projetos e metas;
3. Implantar, de forma estruturada e periódica, a avaliação de riscos a todos os projetos e principais atividades sob a responsabilidade da UJ e UG subordinadas;



4. Informar a origem dos dados usados para apurar o indicador, podem ser de sistemas de informações de institutos de pesquisa ou órgãos governamentais, pesquisas realizadas ou contratadas pelo objeto de auditoria, sistemas internos de informações gerenciais. As fontes de informação são essenciais para a obtenção dos dados para o que o DCTA definiu como Indicadores Direcionadores;
5. Verificar a possibilidade e oportunidade de rever o “Indicador de Capacidade de Apropriação do Capital Intelectual Gerado – CACIG” quanto à atribuição de ponderação à complexidade das tecnologias consideradas no indicador, a fim de que as tecnologias que eventualmente utilizaram mais recursos para a sua geração não sejam tratadas de maneira similar àquelas em que foram utilizados menos recursos;
6. Realizar diagnóstico setorial (área do DCTA e subordinadas) acerca do cumprimento das medidas de acessibilidades com vistas à melhoria de mobilidade, visando, conforme requisitos da Lei 10.098/2000, que a construção, ampliação ou reforma de edifícios públicos ou privados, destinados ao uso coletivo sejam executadas, de modo a possibilitar às pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida o acesso às instalações; e
7. Verificar a consistência das informações constantes de quadros e tabelas apresentados no Relatório de Gestão, em especial, os quadros referentes ao subitem A.4.2.3.1 – Ações – OFSS, bem como observar as orientações contidas na legislação emitida pelo TCU.

V - CONCLUSÃO

Em face do exame realizado, conclui-se pela REGULARIDADE da gestão dos responsáveis pela Unidade Jurisdicionada, no exercício de 2014.

Brasília, 23 de setembro de 2015.



PAULO NOBERTO PRATES DE OLIVEIRA- Cel Int R/1



ARIANE DE ALMEIDA PEDROSA PITASSI SALES- 1º Ten QCOA CCO